

# Consumo descontrolado

A utilização racional da água não faz a cabeça do brasileiro. O resultado é catastrófico!

Por Paulo Vieira Lima

O Brasil se dá ao luxo de ostentar 8.400 quilômetros de costa marítima e 5,5 milhões de hectares de reservatórios de água. Talvez por isso o senso comum ainda não se deu conta da necessidade de seu uso racional. O produto ainda não é visto como algo vendável ao preço proporcional à sua importância.

Paulo Maciel Júnior, diretor-presidente da Lume Ambiental, considera positivo não termos

no Brasil um mercado de água como *commodities*. Temos uma filosofia diferente de outros países. Entretanto, não se deve descartar esta hipótese se continuarmos a tratar os recursos hídricos como algo inesgotável.

Com experiência em parcerias e execução de grandes projetos, Maciel cita o caso da Copasa em Minas Gerais, que dá à água a atenção que sua importância estratégica e econômi-

ca merece. A empresa paga pela água captada na bacia do rio Vermelho, faz tratamento e recuperação e desenvolve projetos afinados com políticas públicas com visão de futuro.

Já o diretor executivo da Factor Ambiental, Marcos Di Napoli Redondo, lamenta ainda haver resistência à adoção de novas tecnologias aplicadas à exploração do insumo. Lembra que o país estabeleceu, em

1997, uma Política Nacional de Recursos Hídricos e, nestes 14 anos de vigência da Lei Nacional das Águas, os avanços são modestos, salvo alguns resultados positivos, como a construção de ações conjuntas da Agência Nacional de Águas e o compromisso firmado com a Fiesp e Sinduscon.

Há também a criação de 160 comitês de bacias, em pleno funcionamento e com ações efetivas na outorga, fiscalização e cobrança pelo uso dos recursos hídricos. O executivo da Fator considera significativos ainda os resultados obtidos pela edição do *Manual de Conservação e Reúso de Água na Indústria*, produzido pela Firjan, e o trabalho do IBRAM, com o seu Programa Especial de Recursos Hídricos, criado em 2000, que foca na implementação de ações de aprimoramento da gestão dos recursos hídricos na mineração. Agora, os estados e municípios devem priorizar a aceleração e prática de políticas para o setor e incentivar a adesão da iniciativa privada e da sociedade civil.

Na condição de presidente da CAB Ambiental, uma das primeiras empresas a obter concessão de serviço público de água no Brasil, o engenheiro franco-brasileiro Yves Besse comenta o fato de ser recente a lei que define o planejamento e regulação do serviço de sa-

neamento. Demonstra descontentamento com a constatação de só 4% dos municípios brasileiros com controle sobre o que ocorre em sua área de atuação. Esta situação calamitosa, ressalta Besse, resulta em sete crianças mortas por dia devido à precariedade de saneamento.

### Estados e municípios devem priorizar a aceleração e práticas de políticas para o setor e incentivar adesões

O empresário critica o desperdício e atribui a situação de falta de água de qualidade, em parte, porque usamos água potável e depois jogamos água poluída no meio ambiente. Enquanto isso, cidades como São Paulo convivem com grandes esgotos a céu aberto – rios Tietê e Pinheiros – e é obrigada a buscar água para beber a cem quilômetros.

#### Um desafio urbano

Este ano, o tema da campanha que a Agência Nacional de Água (ANA) está desenvolvendo a partir do Dia Mundial da Água é o “Desafio Urbano”. Para o coordenador da ANA, Antonio Félix Domingues, não há o que comemorar. É ocasião para celebrar, pois a comemoração só deve acontecer quando vencermos a batalha de oferecer um

abastecimento excelente e um saneamento básico desejável.

Já temos recursos financeiros e tecnológicos e profissionais habilitados, falta acertar detalhes da gestão de toda esta retaguarda, admite o coordenador da Agência Nacional da Água. Ele cita o trabalho da agência abrangendo 430 municípios acima de 250 mil habitantes. Esse universo significa 94 milhões de habitantes responsáveis por grande parte da geração de riqueza do país e onde o abastecimento e o saneamento são uma tarefa desafiadora.

A boa notícia é a disposição de verba para a realização dos projetos. O governo conta com R\$ 12 bilhões para tratamento e R\$ 15 bilhões para proteção das águas nos municípios pesquisados, uma tarefa que, nesta fase, segue até 2025.

Na opinião de Sibylle Muller, diretora da Acqua Bra-



O rio Tapajós, afluente do Amazonas, não está poluído

sillis, se o Brasil continua a desperdiçar água, e é difícil mudar este comportamento, é porque não há para o usuário um ganho imediato. A conscientização maior, por enquanto, está em setores técnicos e profissionais diretamente envolvidos com o problema.

É necessário que a população entenda e participe dos esforços para racionalização do uso da água e preservação de sua qualidade. Seria importante, por exemplo, que nas residências, as pessoas compreendessem o quanto é viável o reúso. Algumas construtoras já incluem no projeto o sistema de captação de água da chuva.

Para um edifício com 25 andares, esse sistema tem um custo médio de R\$ 25 mil. Rateados entre os apartamentos, cada família arcaria com uma despesa que varia entre R\$ 200,00 a R\$ 250,00 por um sistema que se pagaria em sua totalidade em curto prazo. Todos os sistemas de reúso deveriam ser acompanhados pela empresa que os instalou e o público deveria ser informado sobre os ganhos que eles proporcionam. Da mesma forma, o consumidor precisa distinguir qual a empresa que atua corretamente nesta área.

Isso está no plano ideal, mesmo com disposição de insistir em propostas adequadas, admite-se que não há consenso sobre água de reúso no Brasil e

em nível mundial. Sem legislação específica não há proteção a quem adota boas técnicas e as empresas criteriosas acabam por competir com quem não tem critério algum, assegura Sibylle.

### Consciência e pegada

O reclamado engajamento da população às atitudes e comportamentos de racionalização do uso da água vem aos poucos, conforme observa Afrânio Pessoa, gerente de Projetos e Monitoramento Ambiental da Geoklock. Ele percebe evolução na compreensão de que estamos tratando de um bem valioso cujo custo é altíssimo como insumo.

### Na Geoklock, há uma gerência dedicada à questão da água que tem realizado projetos específicos

Pessoa sugere ampliar a discussão e difusão do conceito de pegada hídrica entre os formadores de opinião e sensibilizar a opinião pública para isto. Na Geoklock, há uma gerência dedicada a essa questão e várias empresas têm realizado projetos levando em conta a pegada hídrica. É bom que se saiba o quanto determinado produto tem de água em sua composição.

A indústria de cosméticos, na opinião de Afrânio Pessoa, é um dos segmentos atentos ao assunto, mas falta uma legislação que premie quem adote processos industriais e de produção destinados a economizar água utilizada em seus produtos. Nessa mesma linha de raciocínio, está a posição de Yves Besse, presidente da Cab Ambiental.

Besse defende a redução da pegada hídrica em produtos agrícolas. O executivo prevê que, em breve, o público vai impor essa condição e, assim como se escolhe eletrodomésticos mais econômicos no gasto de energia elétrica, também haverá preferência para os produtos agrícolas com menor uso de água como insumo.

O conceito de pegada hídrica, principalmente quando se trata de agropecuária, ainda precisa de muita discussão, reage o coordenador de comunicação e articulação da Agência Nacional de Água, o engenheiro agrônomo Antonio Félix Domingues. Sua posição é favorável à racionalização do uso da água em qualquer setor de atividade e propõe a abertura de ampla consulta aos setores produtivos, e aí entram a indústria, o comércio e os prestadores de serviços.

Para o consumidor exigir um produto, como é o caso dos orgânicos, há que se ter uma definição, um selo que o identifique segundo parâmetros cla-

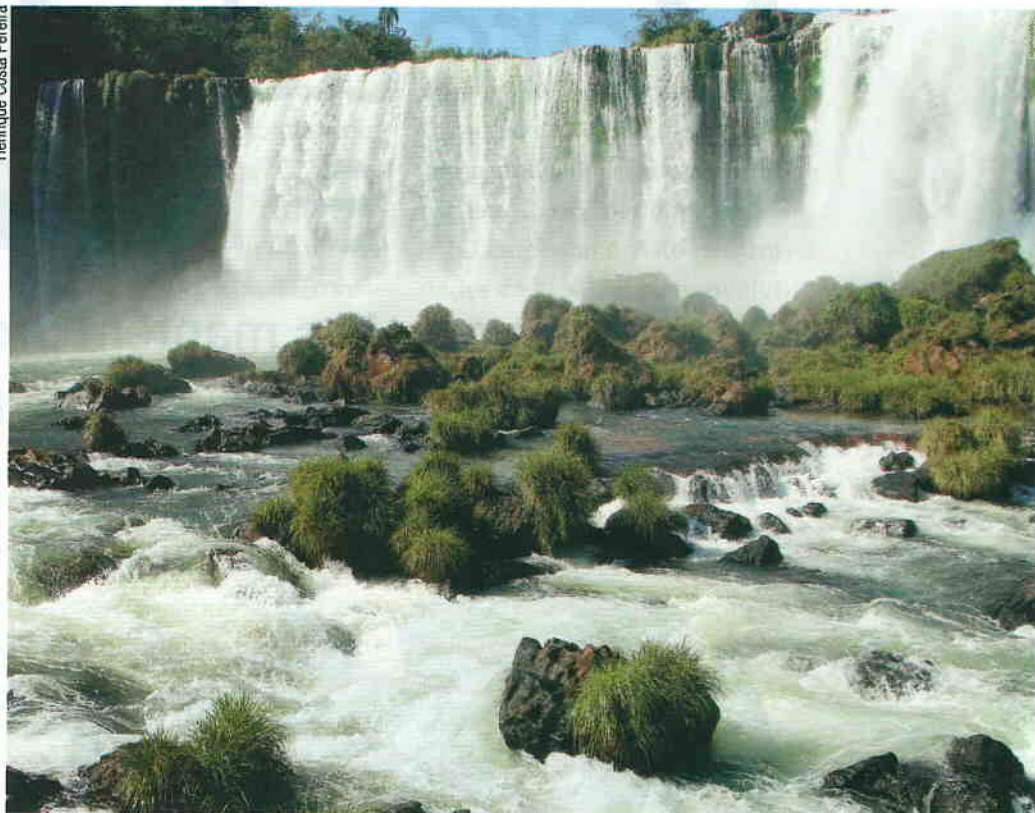
ros e objetivos e isto é possível dentro de algum tempo, afirma o representante da ANA, ressaltando que não é para agora.

### Como destruir um córrego

Yves Besse também preside a Associação Brasileira das Concessionárias de Serviços Públicos e trabalha no incentivo às parcerias do governo com a iniciativa privada. Uma de suas preocupações, neste momento, é a irrigação que ele acredita ser pouco utilizada e, quando empregada, não segue padrões técnicos corretos. Usamos agrotóxicos nas lavouras e a ausência de procedimentos, como a feitura de curva de nível nas plantações, faz com que resíduos químicos sejam levados para os rios e chegam a poluir a água no subsolo.

Na Universidade Estadual Paulista (Unesp), há uma dissertação de mestrado apresentada pelo professor Gustavo Cavallari que mostra o estrago feito pela falta de cuidado com os tratamentos culturais na lavoura e

Henrique Costa Pereira



A racionalização do uso da água em todos os setores da atividade econômica

destaca o mau uso da irrigação. A pesquisa foi realizada no córrego do Coqueiro, um afluente do rio São José dos Dourados, no extremo noroeste do interior paulista. Ali, é tão grande a concentração de ferro e outros resíduos sólidos que a água chega a

entupir o sistema de irrigação.

A falta de curva de nível na lavoura permite que a enxurrada leve produtos químicos direto para o córrego, aumentando o problema da poluição da água por coliformes e outros micro-organismos. 💧

## ESTAÇÕES COMPACTAS DE TRATAMENTO DE ESGOTOS



• ALTA TECNOLOGIA COM RESPEITO AO MEIO AMBIENTE • ATENDIMENTO PERSONALIZADO • EQUIPE TÉCNICA QUALIFICADA • PROJETOS EXCLUSIVOS PARA LOTEAMENTOS, CONDOMÍNIOS, INDÚSTRIAS, HOSPITAIS, ESCOLAS, ENTRE OUTROS

11 4411-0977 • [flipper@flipper.ind.br](mailto:flipper@flipper.ind.br)

